

REGIMENTO DO ENCONTRO NACIONAL DE DIREÇÕES ASSOCIATIVAS

CAPÍTULO I

Princípios gerais

SECÇÃO I

Denominação, atribuições e princípios

Artigo 1.º

(Denominação)

O Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) é o fórum de discussão de carácter consultivo, decisório e eleitoral de todos os estudantes do ensino superior, legitimamente representados pelas Associações Académicas e de Estudantes das respetivas instituições de ensino superior ou das suas unidades orgânicas, adiante designadas AAEE, e as Federações Académicas e estruturas similares.

Artigo 2.º

(Duração)

O ENDA constitui-se por tempo indeterminado.

Artigo 3.º

(Atribuições)

São atribuições do ENDA:

- a) Constituir-se como um fórum de debate teórico, técnico e decisório sobre as múltiplas variantes do ensino superior, tendo como objetivo a definição de posições abrangentes e concertadas dos estudantes do ensino superior;
- b) Propor o desenvolvimento de atividades abrangentes e concertadas conducentes a uma maior ligação dos estudantes com a realidade socioeconómica, cultural, política e científica;
- c) Eleger, quando necessário os representantes dos estudantes do ensino superior nos órgãos nacionais;
- d) Mediante proposta fundamentada apresentada por 20 membros, aprovar a destituição dos estudantes eleitos na alínea anterior, por maioria de dois terços dos membros credenciados no ENDA respetivo.

Artigo 4.º

(Princípios)

Ao ENDA presidem os seguintes princípios:

- a) Independência: o ENDA é independente do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas ou de quaisquer outras alheias aos interesses específicos dos seus associados;
- b) Universalidade: o ENDA abrange todos os estudantes do ensino superior;
- c) Democraticidade: todos os membros do ENDA, por meio dos seus delegados, têm o direito de participar na defesa dos interesses dos estudantes que representam direta ou indiretamente;
- d) Autonomia: o ENDA goza de autonomia na elaboração das suas normas internas e na definição das suas linhas de orientação.

SECÇÃO II

Caraterização jurídica

Artigo 5.º

(Personalidade jurídica)

O ENDA não tem personalidade jurídica.

Artigo 6.º

(Base jurídica)

O ENDA constitui-se sem uma base jurídica definida, aplicando-se, além da legislação vigente, o presente regimento como um instrumento normativo do seu funcionamento interno.

CAPÍTULO II

Organização

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 7.º

(Modelo organizacional)

1. O ENDA estrutura-se numa sequência de plenários temáticos, que são fóruns de discussão e decisão.
2. Para além dos plenários temáticos, há ainda o plenário inicial e o plenário final.
3. Um dos plenários temáticos destina-se à apresentação dos relatórios dos representantes nos órgãos nacionais, nele se realizando, quando necessário, os atos eleitorais para preencher os cargos vagos, cujos mandatos tenham terminado ou terminem no trimestre seguinte.

4. O ENDA tem um sítio na Internet, regido pelo Regulamento do Site do ENDA, constante do anexo a este regimento, onde é colocada toda a informação que diz respeito à organização, debate e conclusão do ENDA e demais matérias sobre ensino superior, que serve como secretariado eletrónico do ENDA.

Artigo 8.º (Periodicidade)

1. O ENDA tem uma periodicidade ordinária trimestral, devendo a sua organização ficar a cargo de uma das AAEE, de acordo com as regras constantes neste regimento.
2. A organização do ENDA pode ser assumida por mais de uma das AAEE.
3. O ENDA pode ainda ser convocado extraordinariamente devendo, nesse caso, a convocatória ser feita com pelo menos 5 dias úteis de antecedência e requerida por um mínimo de 20 AAEE, com sede em pelo menos quatro distritos diferentes.
4. Define-se que 80% dos membros subscritores da convocatória devem estar presentes no respetivo ENDA extraordinário.

Artigo 9.º (Marcação e convocatória)

1. A marcação das datas de um ENDA ordinário é feita no Plenário Final de cada ENDA ordinário.
2. A convocatória é feita através de carta e correio eletrónico enviados a todas as AAEE com uma antecedência mínima de 15 dias consecutivos, sendo obrigatórias ambas as formas.
3. A convocatória tem obrigatoriamente de conter a data, hora e o local onde se realizará o ENDA, bem como a ordem de trabalhos proposta pela organização e a documentação necessária à boa prossecução dos trabalhos.
4. No caso dos ENDA extraordinários, a convocatória menciona ainda os requerentes, nos termos do artigo anterior.

SECÇÃO II Associação organizadora

Artigo 10.º (Noção)

1. A associação organizadora é a entidade escolhida para organizar qualquer ENDA, seja este de carácter ordinário ou extraordinário.

2. A associação organizadora de um ENDA ordinário é escolhida nos termos do n.º 1 do artigo anterior, mediante a apresentação de candidatura, remetida com 48 horas de antecedência em relação ao início do ENDA, e respetiva aprovação pela maioria dos membros presentes no Plenário Final. Na eventualidade de nenhuma candidatura dar entrada com a antecedência prevista, poderão ser submetidas candidaturas após este período, mediante aprovação à admissão pelo plenário.
3. A associação organizadora do ENDA ordinário seguinte entra em funções imediatamente após o final do ENDA no qual apresentou a sua candidatura.
4. O previsto no número anterior não implica a cessação dos deveres da associação organizadora anterior referidos nas alíneas h) a l) do n.º 1.º do artigo seguinte.

Artigo 11.º
(Deveres)

1. A associação organizadora tem como deveres:
 - a) Cumprir e fazer cumprir o presente regimento;
 - b) Assegurar o normal decorrer dos trabalhos, em termos de participação cívica e democrática dos membros, dos participantes e dos convidados;
 - c) Convocar os representantes dos estudantes do ensino superior em órgãos nacionais;
 - d) Suportar as despesas relativas à deslocação e alojamento dos representantes dos estudantes do Ensino Superior em órgãos nacionais eleitos em ENDA e que reportem ao ENDA, instalando-os em condições dignas;
 - e) Adotar uma postura de mediação de conflitos e de resolução dos problemas que lhe sejam colocados;
 - f) Garantir um adequado e eficiente sistema de credenciação dos membros, dos participantes e dos convidados, desempenhando o papel de primeira instância;
 - g) Assegurar as condições dignas de trabalho aos membros, aos participantes e aos convidados, quer pela adequação do local onde se realiza o ENDA, quer pela disponibilização de todos os serviços entendidos como necessários ao bom funcionamento dos trabalhos;
 - h) Lavrar a ata do ENDA;
 - i) Enviar a proposta de ata à associação organizadora do ENDA seguinte, no prazo máximo de 5 dias consecutivos antes do ENDA;
 - j) Enviar todos os documentos aprovados pelo ENDA aos representantes dos estudantes nos órgãos nacionais, no prazo máximo de 48 horas após o término do ENDA;
 - k) Facultar à associação organizadora seguinte a base de dados onde constam os contactos das AAEE participantes no ENDA que organizou, e dos seus delegados, no prazo máximo de 30 dias consecutivos após o término do ENDA;
 - l) Assegurar a realização do ENDA ordinário subsequente, caso não sejam apresentadas candidaturas a essa organização;

- m) Garantir a distribuição de moções e propostas pelas Federações e Associações Académicas e de Estudantes até 6 horas após o término do prazo estabelecido no n.º 2 do art. 40.º;
 - n) Redigir a nota de imprensa do Encontro Nacional de Direções Associativas, procedendo à sua apresentação no último plenário do ENDA a que diz respeito;
 - o) Apresentar e disponibilizar aos membros, no Plenário Final, a totalidade dos documentos aprovados no ENDA;
 - p) Proceder ao envio da documentação aprovada em Encontro Nacional de Direções Associativas ao(s) organismo(s) competente(s), constante(s) dos documentos e indicados pelo(s) respetivo(s) proponente(s);
 - q) Exercer as demais competências que outros regulamentos e deliberações anteriores do ENDA atribuam ao secretariado.
- 2. A associação organizadora do ENDA não é obrigada a suportar a estadia dos representantes que não pretendam ficar nas instalações fornecidas pela organização.
 - 3. A associação organizadora reserva-se o direito de suportar apenas as despesas relativas à deslocação referida no n.º 1 feita através de transportes públicos, sempre que esta seja possível.

Artigo 12.º **(Sanções)**

- 1. O incumprimento das alíneas h) a q) do n.º1 do artigo anterior resulta automaticamente na perda do direito de voto por parte da associação incumpridora até ao momento em que sejam cumpridos os deveres em falta, salvo o disposto no número seguinte.
- 2. Subsistindo algum dos incumprimentos referidos na alínea anterior 365 dias consecutivos após o final do ENDA respetivo, a associação organizadora em causa recupera automaticamente o direito de voto.

Artigo 13.º **(Depositários)**

Para satisfação de informação e pedidos será a associação organizadora fiel depositária dos processos referentes ao ENDA em questão.

Artigo 14.º **(Alargamento do âmbito de aplicação)**

O disposto nos artigos 11.º a 14.º é aplicável quer aos ENDA de carácter ordinário quer aos de carácter extraordinário.

SECÇÃO III
Membros, participantes, convidados e delegados

SUBSECÇÃO I
Membros

Artigo 15.º
(Noção de membro)

São membros do ENDA as Direções das associações de estudantes do ensino superior, nos termos da Lei n.º 23/2006, desde que se façam representar.

Artigo 16.º
(Direitos dos membros)

Constituem direitos dos membros:

- a) Estar presente nos plenários constantes da ordem de trabalhos;
- b) Constituir *quórum*;
- c) Participar na discussão decorrente nos plenários;
- d) Votar em todas as deliberações, sem prejuízo das disposições eleitorais.

SUBSECÇÃO II
Participantes

Artigo 17.º
(Noção de participante)

São participantes do ENDA as federações académicas ou estruturas similares, que se façam representar por intermédio de delegados devidamente credenciados, de acordo com as regras da credenciação constantes na Secção IV deste regimento, bem como os representantes dos estudantes nos órgãos nacionais.

Artigo 18.º
(Direitos dos Participantes)

Constituem direitos dos participantes:

- a) Estar presente nos plenários constantes da ordem de trabalhos;
- b) Participar na discussão decorrente nos plenários.

SUBSECÇÃO III

Convidados

Artigo 19.º (Noção de convidado)

1. São convidados do ENDA pessoas não compreendidas nos artigos 16.º e 18.º do presente regimento;
2. As pessoas referidas no número anterior devem ser convidadas pela associação organizadora, sendo a sua presença obrigatoriamente votada no Plenário Inicial do ENDA para o qual foi feito o convite;
3. No convite deve constar o plenário para o qual a pessoa em causa foi convidada.

Artigo 20.º (Estatuto)

As pessoas referidas no artigo anterior são credenciadas com a designação de convidado, sendo a credencial obrigatoriamente diferente da utilizada na credenciação dos delegados.

Artigo 21.º (Direitos dos Convidados)

Constituem direitos dos convidados:

- a) Estar presente nos plenários para os quais foi convidado;
- b) Participar na discussão decorrente nos plenários para os quais foi convidado.

SUBSECÇÃO IV Delegados

Artigo 22.º (Noção)

São delegados ao ENDA os representantes dos membros do ENDA, os representantes dos participantes do ENDA e os representantes dos estudantes nos órgãos nacionais, desde que se encontrem devidamente credenciados de acordo com as regras da credenciação constantes na Secção IV deste regimento.

Artigo 23.º (Direitos dos delegados)

São direitos dos delegados:

- a) Estar presente nos plenários constantes da ordem de trabalhos;

- b) Participar nos plenários;
- c) Participar nas votações, sendo que o direito de voto é exercido somente por um delegado por cada membro;
- d) Eleger e ser eleito para todas as situações previstas neste regimento, sendo que o direito de voto é exercido somente por um delegado por cada membro;
- e) Usar da palavra nos termos do regimento;
- f) Fazer requerimentos, apresentar projetos, moções, recomendações e propostas;
- g) Invocar o regimento e apresentar reclamações, protestos e contra protestos;
- h) Apresentar votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
- i) Propor a constituição de comissões eventuais.

Artigo 24.º

(Deveres dos delegados)

São deveres dos delegados:

- a) Respeitar a dignidade do ENDA e dos seus membros, participantes e convidados;
- b) Estar presente nos plenários;
- c) Desempenhar os cargos no ENDA e as funções para que sejam designados;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas neste regimento;
- e) Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos do ENDA, em observância do presente regimento.

SECÇÃO IV

Credenciação

Artigo 25.º

(Forma)

1. A credenciação dos delegados do ENDA deve ser realizada no sítio na *Internet* do ENDA.
2. A credenciação é submetida individualmente, sendo digitalização de documento escrito, contendo o logótipo e o carimbo do respetivo membro, e estando assinada por pelo menos duas pessoas da Direção desse membro, salvo o disposto no artigo seguinte.
3. Para verificação do requisito do número anterior, na credenciação dos seus delegados, os membros submetem ainda uma digitalização da ata de tomada de posse e apresentar documento oficial de identificação.
4. No caso de o delegado não pertencer aos órgãos sociais do membro do ENDA que o pretende credenciar, deverá apresentar comprovativo de matrícula na instituição de ensino cujos estudantes são representados por esse membro.

Artigo 26.º

(Regime excecional)

1. Os convidados e os representantes dos estudantes nos órgãos nacionais não são abrangidos pelos requisitos exigidos no artigo anterior.
2. A credenciação dos representantes dos órgãos nacionais é feita mediante a apresentação de documento de identificação do representante.
3. A credenciação dos convidados é feita mediante apresentação do convite endereçado pela associação organiza ou pelo reconhecimento por parte da mesma.
4. Excecionalmente, os procedimentos descritos no artigo anterior podem ser realizados em papel, no secretariado da organização.

SECÇÃO V

Mesas dos Plenários

SUBSECÇÃO I

Mesa dos Plenários Inicial e Final

Artigo 27.º

(Composição)

1. A Mesa do Plenário Inicial e Final é constituída por um Presidente e quatro Secretários.
2. O Presidente da Mesa do Plenário Final deve ser o mesmo que preside à Mesa do Plenário Inicial, sendo obrigatoriamente um delegado da associação organizadora desse ENDA, ou sendo por ela indicado.
3. A escolha dos Secretários da Mesa Inicial e Final são da responsabilidade do Presidente da Mesa Inicial e Final, devendo estes serem também membros da associação organizadora.

Artigo 28.º

(Destituição da Mesa)

1. A Mesa pode ser a qualquer altura destituída das suas funções, mediante apresentação de um requerimento escrito propondo a sua destituição, entregue por qualquer um dos delegados presentes, e aprovada por dois terços dos membros presentes.
2. No caso de destituição da Mesa deve ser eleita uma Mesa *ad hoc*, por e de entre os membros presentes no plenário.
3. A votação prevista no número anterior far-se-á de acordo com as regras da votação previstas nos artigos 43.º e seguintes.

Artigo 29.º
(Competências da Mesa)

1. São competências da Mesa:
 - a) Conhecer de todos os assuntos relacionados com o regimento do ENDA, que não se refiram a questões processuais ou outros instrumentos nele presente que digam respeito ao decorrer específico de cada plenário;
 - b) Conhecer sobre qualquer voto de congratulação, protesto, saudação ou pesar a ser apresentado pelos delegados;
 - c) Decidir acerca de eventuais questões de interpretação e integração de lacunas que possam ocorrer durante o plenário;
 - d) Proceder à votação respeitante à realização do ENDA seguinte, de acordo com as regras de funcionamento constantes neste regimento;
 - e) Conhecer e deliberar acerca das demais questões administrativas que possam ocorrer durante o ENDA.
2. Para além das referidas no número anterior, são ainda competências da Mesa do Plenário Inicial apresentar uma proposta referente aos presidentes de Mesa de cada plenário constante na ordem de trabalhos e proceder à votação sobre o acesso da comunicação social ao plenário.
3. Para das referidas no n.º1, são ainda competências da Mesa do Plenário Final proceder à votação respeitante à realização do ENDA seguinte, de acordo com as regras de funcionamento constantes neste regimento e proceder à votação dos pedidos de marcação de ENDA extraordinário que possam existir.
4. A proposta a que se refere a primeira parte n.º2 é votada por escrutínio secreto, contendo o boletim de voto todos os candidatos e exercendo-se o direito de voto com um voto por cada plenário.

SUBSECÇÃO II
Da Mesa dos Plenários

Artigo 30.º
(Composição)

1. Cada plenário é dirigido por uma Mesa constituída por um Presidente e quatro Secretários.
2. Os elementos que compõem cada uma das Mesas dos Plenários constantes da ordem de trabalhos têm obrigatoriamente que ser diferentes.
3. A definição dos Presidentes de Mesa dos Plenários é feita nos termos do artigo anterior.
4. A definição dos respetivos secretários é da exclusiva responsabilidade do Presidente de Mesa, não carecendo de qualquer votação, devendo o Presidente de Mesa ter em consideração a dispersão geográfica das AAEE presentes, bem como dos

diversos subsistemas representados no ENDA.

5. A Mesa de cada plenário cessa funções no final do plenário para o qual tenha sido eleita.

Artigo 31.º **(Destituição da Mesa)**

1. A Mesa pode a qualquer altura ser destituída das suas funções, mediante apresentação de um requerimento escrito propondo a sua destituição, entregue por qualquer um dos delegados presentes, e votada por dois terços dos membros presentes.
2. No caso de destituição da Mesa deve ser eleita uma Mesa *ad hoc*, por e de entre os membros presentes no plenário.
3. A votação prevista no número anterior far-se-á de acordo com as regras da votação previstas nos arts.º 43º e seguintes.

Artigo 32.º **(Competência da Mesa)**

São competências da Mesa do plenário:

- a) Integrar, nas formas previstas no regimento, as iniciativas orais e escritas dos delegados;
- b) Deliberar as questões de interpretação e integração de lacunas que possam surgir;
- c) Deliberar dos recursos apresentados em relação às decisões do Presidente;
- d) Reconhecer a validade das credenciais de qualquer um dos intervenientes;
- e) Conferir a existência de *quorum* de acordo com o estabelecido no art.º 37º.

Artigo 33.º **(Competências do Presidente de Mesa)**

1. São competências do Presidente de Mesa:
 - a) Admitir, submetendo-os a votação, e rejeitar propostas, reclamações e requerimentos, mediante a verificação da sua regularidade regimental;
 - b) Promover a constituição de comissões e zelar pelo cumprimento das competências e prazos que lhe forem fixados pelo ENDA;
 - c) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das reuniões;
 - d) Declarar a abertura, suspensão e encerramento das sessões.
2. Das decisões do Presidente tomadas durante o plenário cabe sempre recurso para a Mesa e desta para o plenário.

Artigo 34.º

(Competências dos Secretários da Mesa)

São competências dos Secretários da Mesa:

- a) Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções e no expediente da Mesa;
- b) Proceder à conferência das credenciais e registar os resultados das votações nos plenários;
- c) Ordenar a matéria e submeter a votação;
- d) Organizar as inscrições dos membros do ENDA que pretendem usar a palavra;
- e) Servir de escrutinadores.

CAPÍTULO III

Funcionamento e uso da Palavra

SECÇÃO I

Funcionamento

SUBSECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 35.º

(Plenário)

O ENDA organiza-se em plenários, e é nestes que decorrem todos os atos tendentes à tomada de decisões.

Artigo 36.º

(Quorum)

1. É estabelecido um *quorum* constitutivo de um terço dos membros credenciados até à hora de início de um plenário para que este se possa iniciar.
2. Se passados 30 minutos após o horário definido para o início do plenário, a exigência do número anterior não se encontrar satisfeita, o referido plenário inicia-se com qualquer número de membros presentes.
3. A verificação de *quorum* processa-se pelo meio considerado mais adequado, nomeadamente pela contagem das guias de voto dos membros credenciados presentes.

Artigo 37.º

(Presença da comunicação social)

1. O acesso ao plenário por parte da comunicação social necessita de deliberação prévia nos termos do n.º 2 do art.º 30º.

2. No caso de ser votada favoravelmente a presença da comunicação social, a credenciação desta far-se-á junto da organização, que deve facultar uma credencial diferente da utilizada para os diversos intervenientes no ENDA.
3. Não é permitido aos jornalistas, em circunstância alguma, colocar qualquer tipo de questões aos delegados no interior do local onde decorra o plenário.
4. Toda e qualquer declaração oral ou escrita por parte dos delegados presentes é considerada pública para efeitos de tratamento jornalístico, caso se verifique o acesso ao plenário por parte da comunicação social de acordo com o n.º 1 do presente artigo.

Artigo 38.º

(Atas)

1. Entende-se por ata o registo por escrito do que de essencial se tiver passado nos plenários, nomeadamente as deliberações tomadas e as declarações de voto, incluindo ainda as posições tomadas contra essas deliberações quando os seus autores o requeiram.
2. A ata tem obrigatoriamente que ser apresentada em papel, não obstante a associação organizadora poder facultá-la noutros formatos que considere necessários.
3. A ata deve registar o número e origem dos presentes.
4. As atas são elaboradas pela organização em parceria com os diversos Presidentes dos plenários, sendo submetidas a aprovação no ENDA ordinário seguinte.
5. As atas das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em extratos de ata, ou minutas, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes.
6. Em anexo à ata, que dela faz parte integrante, serão apresentadas a transcrição de tudo o que tiver sido dito nos plenários ou a gravação áudio ou áudio e vídeo dos plenários.

Artigo 39.º

(Moções e propostas)

1. O ENDA toma posições através de moções e propostas.
2. Todos os membros, participantes e representantes dos estudantes nos órgãos podem apresentar iniciativas de moções e propostas, que devem dar entrada no secretariado do ENDA com a antecedência de 48 horas em relação ao início do ENDA.
3. Podem ainda dar entrada as iniciativas de moções e propostas após o prazo referido no número anterior, se a sua admissão for aprovada por maioria de dois terços.
4. A qualquer momento podem os membros, participantes e representantes dos estudantes nos órgãos apresentar propostas de alteração aos documentos referidos

nos números anteriores.

5. É da responsabilidade do(s) proponente(s) de moções indicar as instituições, organismos ou agentes de Ensino Superior a que se destinam.
6. As moções são documentos que pretendem fixar a posição do ENDA sobre um determinado assunto, sem a pretensão de promover qualquer ação posterior ao ENDA, sem prejuízo do seu envio nos termos deste regimento.
7. As moções consideram-se vigentes até à sua revogação em ENDA posterior ou até à sua substituição por moção de conteúdo contrário.
8. As propostas são documentos que pretendem promover ações nacionais do movimento associativo posteriores ao ENDA, com data fixada, podendo incluir sucintamente as razões que motivam essas ações.
9. As propostas caducam após a data da última ação nelas incluída.

SUBSECÇÃO II

Da ordem de trabalhos

Artigo 40.º

(Ordem de trabalhos)

1. Cabe à organização do ENDA enviar juntamente com a convocatória uma proposta de ordem de trabalhos.
2. A proposta referida no número anterior tem obrigatoriamente que ser votada no Plenário Inicial.
3. Os delegados, nos termos da al. f) do art.º 23º, podem apresentar propostas alternativas ao documento apresentado pela associação organizadora, ou propor as alterações que entenderem.
4. Cabe ao Presidente de Mesa do Plenário Inicial deliberar se deve proceder à votação cumulativa ou em alternativa das várias propostas.
5. Após a sua aprovação no Plenário Inicial, a ordem de trabalhos não pode ser modificada pelo plenário.

Artigo 41.º

(Período antes da ordem de trabalhos)

1. O período antes da ordem de trabalhos é destinado:
 - a) À prestação de informações de interesse geral por parte de qualquer um dos membros por iniciativa própria;
 - b) A leitura de anúncios que o regimento impuser, e de expediente;
 - c) À emissão de votos de congratulação, saudação, protesto, ou pesar proposto por qualquer um dos membros;
2. Os membros que pretendam intervir no período de antes da ordem de trabalho, nos termos do número anterior, deverão comunicá-lo à Mesa no início de cada

reunião.

SUBSECÇÃO III **Das deliberações e votações**

Artigo 42.º **(Deliberações)**

1. As deliberações são tomadas em plenário, de acordo com a ordem de trabalhos aprovada nos termos do art.º 40º.
2. Não podem ser tomadas quaisquer deliberações durante o período que antecede a fixação da ordem de trabalhos, exceto aquelas que versam sobre as situações previstas na al. c) do art.º 42º.

Artigo 43.º **(Voto)**

1. No processo deliberativo, cada membro credenciado no ENDA tem direito a um voto.
2. É obrigatório a Mesa proceder a uma contagem dos votos presentes imediatamente antes do período de votação.
3. Os membros do ENDA podem durante as votações exercer o seu direito de não voto.
4. A votação tem obrigatoriamente de ser presencial, não sendo por isso, admitido o voto por correspondência ou procuração.
5. É permitido o voto eletrónico presencial, salvo nos casos de escrutínio secreto, desde que se cumpram os seguintes requisitos:
 - a) Possibilidade de individualizar o sentido de voto de cada um dos membros;
 - b) No momento imediatamente a seguir à votação ser projetável o voto individualizado de cada membro, para confirmação;
 - c) Verificar-se os membros em cada um dos plenários.
6. Após a verificação por cada membro que o seu sentido de voto é o que foi projetado, o presidente da Mesa do Plenário anuncia o resultado total da votação.
7. Quando uma votação não admitida abstenções e um membro registar voto eletrónico nesse sentido, o voto é nulo, presumindo-se que exerceu o direito de não voto.

Artigo 44.º **(Forma das votações)**

1. As votações realizar-se-ão:
 - a) Por braço no ar;

- b) Nominalmente;
 - c) Por escrutínio secreto.
2. A votação por braço no ar realizar-se-á sempre que não seja necessário proceder a outra forma de votação de acordo com os números seguintes.
 3. A votação por escrutínio secreto é obrigatória sempre que a votação incida sobre uma ou mais pessoas, ou quando o plenário assim deliberar.
 4. A votação nominal realizar-se-á sempre que for requerida à Mesa por pelo menos cinco membros.

Artigo 45.º
(Maioria)

1. As deliberações são sempre tomadas por maioria simples, salvo disposição regimental em contrário.
2. As abstenções não contam para o apuramento da maioria.
3. Em caso de empate, o documento deve ser submetido a votação novamente, sendo que se não houver alteração do resultado, o documento considera-se rejeitado.

SECÇÃO II
Do uso da palavra

Artigo 46.º
(Uso da palavra pelos delegados)

A palavra é concedida aos delegados para:

- a) Tratar dos assuntos antes da ordem de trabalhos;
- b) Apresentar propostas, moções ou outros documentos;
- c) Exercer o direito de defesa;
- d) Participar nos debates;
- e) Invocar o regimento ou interpelar a Mesa;
- f) Fazer requerimentos;
- g) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- h) Reagir contra ofensas à honra ou consideração;
- i) Interpor recursos;
- j) Fazer protestos e contra-protestos;
- k) Produzir declarações de voto.

Artigo 47.º
(Ordem no uso da palavra)

1. A palavra é dada pela ordem das inscrições, salvo nos casos previstos neste regimento.

2. É autorizada a qualquer altura a troca de oradores inscritos, desde que com o seu consentimento.

Artigo 48.º

(Fins do uso da palavra)

1. Quem solicitar a palavra deve declarar junto da mesa para que fim a pretende, não podendo usá-la para fim diverso daquele para que lhe foi concedida.
2. Quando o orador se afaste da finalidade para que lhe foi concedida a palavra, é advertido pelo presidente da Mesa, que pode retirá-la se o orador persistir na sua atitude.

Artigo 49.º

(Invocação do regimento e perguntas à Mesa)

1. Os intervenientes no plenário podem pedir a palavra para invocar o regimento indicando a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.
2. Os intervenientes podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. Não existe justificação nem discussão das perguntas dirigidas à Mesa.

Artigo 50.º

(Requerimentos)

1. São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento do plenário.
2. Os requerimentos só podem ser formulados por escrito, devendo ser lidos pelo presidente de Mesa.
3. Admitido qualquer requerimento, este é votado imediatamente sem discussão.
4. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.
5. A votação dos requerimentos não admite abstenção.
6. As declarações de voto ao requerimento são obrigatoriamente passadas a escrito e entregues à Mesa até ao final do plenário em que sejam proferidas.

Artigo 51.º

(Recursos)

1. Qualquer delegado pode recorrer das decisões do presidente de Mesa para a Mesa, e das deliberações desta para o Plenário.
2. O recurso pode ser feito por escrito ou oralmente.

Artigo 52.º
(Pedidos de esclarecimento)

1. A palavra para pedido de esclarecimento limita-se à formulação sintética da pergunta e da respetiva resposta sobre matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.
2. Os delegados que quiserem fazer pedidos de esclarecimento devem-se inscrever imediatamente após o término da intervenção que os suscitou.

Artigo 53.º
(Reações contra a honra e a consideração)

1. Sempre que um delegado considere que foram proferidas expressões ofensivas à sua honra ou consideração pode solicitar o uso da palavra para se defender, sendo-lhe dada a palavra após a intervenção onde tais expressões foram proferidas.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações, solicitando para tal o uso da palavra.

Artigo 54.º
(Proibição do uso da palavra durante o período de votação)

Anunciado o início da votação nenhum interveniente pode usar a palavra até à proclamação do resultado, exceto para apresentar requerimento quanto ao processo de votação.

Artigo 55.º
(Declaração de voto)

1. Os delegados do plenário têm o direito de produzir, no fim de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto devem ser entregues por escrito ao Presidente de Mesa até ao fim do plenário onde se realizou a votação, sem prejuízo da possibilidade da sua breve exposição oral.

CAPÍTULO IV
Comissões

SECÇÃO I
Disposições gerais

Artigo 56.º

(Competência)

Às comissões compete operacionalizar e implementar iniciativas concretas aprovadas no ENDA, não tendo em qualquer caso competências deliberativas no que diz respeito ao conteúdo de posições políticas sobre qualquer assunto, apresentando ao ENDA os respetivos relatórios.

Artigo 57.º

(Formação)

1. As Comissões formam-se sob proposta de qualquer membro.
2. A proposta para a formação de uma Comissão deve especificar o objeto sobre o qual ela se debruçará, bem como a duração da mesma, o número de membros que a compõem, o nome dos membros que a compõem e os seus fins, e tem que ser subscrita por pelo menos dez membros credenciados.
3. As Comissões têm a duração máxima de seis meses, prorrogável por mais três meses.
4. A prorrogação prevista no número anterior só é possível após apresentação do relatório detalhado dos trabalhos realizados.
5. Não é permitida a criação de Comissões permanentes.

Artigo 58.º

(Composição)

1. As Comissões são constituídas por um número ímpar de membros, não superior a 13.
2. Compete à própria Comissão depois de designada escolher um coordenador.
3. A Comissão tem competência para se auto-regulamentar.

Artigo 59.º

(Atas da Comissão)

1. De cada reunião da Comissão é lavrada uma ata, da qual devem constar a indicação das presenças e faltas e o sumário dos assuntos tratados.
2. As atas devem ser enviadas pelo coordenador da Comissão à associação organizadora do ENDA ordinário, que a colocará à disposição de todos os membros no sítio do ENDA.
3. O não cumprimento do exigido nos números anteriores acarreta a perda de voto dos membros que pertencerem à Comissão, acontecendo o mesmo à associação organizadora do ENDA se após entrega da ata esta não a disponibilizar aos membros no sítio do ENDA.
4. A sanção do número anterior cessa a partir do momento em que forem cumpridas

as exigências dos nºs 1 e 2 do presente artigo.

CAPÍTULO V

Das Eleições

Artigo 60.º

(Eleições)

Toda e qualquer eleição que ocorra no ENDA rege-se pelo Regulamento Eleitoral constante do Anexo a este regimento, e que dele faz parte integrante.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 61.º

(Alterações ao regimento)

1. As alterações ao presente regimento só podem acontecer em ENDA Extraordinário, cuja realização seja aprovada expressamente para o efeito em ENDA Ordinário anterior;
2. Uma vez revisto, o presente regimento só pode ser alterado um ano após a entrada em vigor da sua redação mais recente, salvo deliberação de alteração, nos termos do número anterior, por maioria de dois terços dos membros credenciados no ENDA respetivo.

Artigo 62.º

(Entrada em vigor)

O presente regimento entra em vigor, com as alterações aprovadas, no dia 10 de março de 2017.